Especialistas defendem inovação e maior integração para responder aos desafios da Saúde

A inovação em Saúde é sinónimo de despesa ou de investimento? Foi uma das questões levantadas numa conferência, em Lisboa, onde se debateu o Pacto Estratégico para a Saúde. A iniciativa da Convenção Nacional da Saúde e do Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP, juntou especialistas e profissionais de saúde de várias áreas.



O diretor-geral da Associação Nacional das Farmácias (ANF) voltou a defender que as farmácias comunitárias «podem e devem ter outro nível de integração com os cuidados de saúde», durante a conferência "Inovação em Saúde, Despesa ou Investimento?" que decorreu dia 1 de julho, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Nuno Cardoso afirmou que «a estrutura instalada nas farmácias pode ser aproveitada de uma forma muito mais abrangente».

O responsável recorreu aos dados do "Estudo do Valor da Rede de Farmácias em Portugal", coordenado pelos investigadores Pedro Brinca e João Duarte, da Nova SBE, para sublinhar a importância das farmácias no acesso dos utentes aos cuidados de saúde. Além da proximidade - 82% dos portugueses vivem a menos de cinco quilómetros de uma farmácia e 41% dos cidadãos conseguem deslocar-se a pé – o estudo revelou a confiança dos cidadãos no acompanhamento feito pelos profissionais. Quase meio milhão de situações clínicas ligeiras foram acompanhadas nas farmácias comunitárias em 2025 e 97,8% dos casos foram resolvidos.

A posição já defendida pela ANF no âmbito da discussão do Pacto Estratégico para a Saúde, iniciativa da Presidência da República que visa promover uma reflexão alargada sobre o futuro da saúde em Portugal, foi reforçada no painel "Um Pacto para garantir Saúde a tempo e horas". Nuno Cardoso insistiu na partilha de informação clínica entre profissionais de saúde e sublinhou a importância de consensos entre as várias entidades.

Na abertura da conferência, Eurico Castro Alves, presidente da Convenção Nacional da Saúde, afirmou que numa altura em que o sistema de

Saúde enfrenta diversos desafios, como o envelhecimento da população e listas de espera, o Pacto Estratégico para a Saúde pode «representar a mudança no Serviço Nacional de Saúde». Eurico Castro Alves foi mais longe e afirmou que «já não basta fazer mais do mesmo, precisamos fazer melhor e fazê-lo juntos».

O presidente da Convenção Nacional da Saúde considera que este Pacto representa algo raro e necessário em Portugal - a capacidade de gerar consensos alargados em torno de objetivos comuns.

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, outro dos oradores convidados, defendeu que o Pacto Estratégico para a Saúde deve «acrescentar valor, identificando prioridades e metas mensuráveis». Entre as medidas prioritárias, Helder Mota Filipe destacou a dispensa de medicamentos em proximidade, a intervenção farmacêutica em situações clínicas ligeiras, e o reforço da comunicação dos dados em saúde e da atratividade do país para a realização de ensaios clínicos.



Convenção Nacional da Saúde

O desafio da inovação

Inovação é sinónimo de despesa ou de investimento? A pergunta, que deu nome à conferência, foi lançada para o debate e respondida por vários intervenientes.

Ricardo Baptista Leite, *chief executive officer* da HealthAi - Agência Global para a Inteligência Artificial Responsável na Saúde, apontou a urgência de inovação a vários níveis, nomeadamente a política, para responder aos crescentes desafios do Serviço Nacional de Saúde. «Se calhar não faz sentido ter um Ministério da Segurança Social como temos hoje, o que é Assistência Social e Saúde devia estar combinado, e a prestação de trabalho devia ser integrada com a economia e a transição digital», referiu.

Para Xavier Barreto, presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH), o país tem falta de inovação política quando se perspetiva o longo prazo. «Temos inovação terapêutica, utilizamos os melhores fármacos e melhores tecnologias, mas depois falhamos na forma como pensamos políticas públicas e nas nossas organizações», advertiu.

Óscar Gaspar, presidente da Associação Portuguesa da Hospitalização Privada (APHP), afirmou que a inovação não nasce por geração espontânea e «tem de ser alimentada». Óscar Gaspar sublinhou que a China está a investir mais na área da Saúde do que os Estados Unidos e a Europa juntos, facto que diz ser motivo para «soarem campainhas» de alerta para uma oportunidade real de investimento na área.

Já a ministra da Saúde defendeu que as inovações mais relevantes são as que colocam os cidadãos no centro e melhoram os resultados em Saúde. No encerramento dos trabalhos, Ana Paula Martins disse que a inteligência artificial não é encarada como a solução para todos os desafios na área da Saúde, mas é uma grande ajuda, e lembrou que Portugal foi o primeiro país europeu a aderir a uma rede internacional de regulação de boas práticas nesta área.

A governante reconheceu que os medicamentos inovadores representam novos desafios em matéria de avaliação, financiamento e sustentabilidade, e garantiu que o objetivo do Governo não é atrasar o acesso à inovação.

Numa conferência em que foram abordados novos desafios, Ana Paula Martins disse que a mudança implica a adaptação a «uma nova realidade». A ministra apelou à construção de



Convenção Nacional da Saúde



compromissos de médio e longo prazo que implicam a convergência de todos os intervenientes do setor.

O bastonário da Ordem dos Médicos e *chairman* da Convenção Nacional da Saúde, fez questão de referir que inovação não é tudo o que é novo. «A inovação cria valor, a novidade apenas desperta curiosidade. Quando perguntamos se a inovação em Saúde é despesa ou investimento, a resposta não pode depender apenas do preço. O preço é importante, mas não se pode depender exclusivamente do impacto financeiro de uma tecnologia, de um medicamento, de um dispositivo, de uma plataforma digital», argumentou.

Carlos Cortes sustentou que inovar sem garantir o acesso é insuficiente. «Portugal não pode aceitar que a resposta em Saúde dependa tantas vezes do código postal, da capacidade económica, da literacia do cidadão ou da insistência da própria família". Para o bastonário da Ordem dos Médicos o que verdadeiramente transforma é «saber diagnosticar mais cedo, tratar melhor, reduzir o sofrimento, evitar complicações, ganhar tempo clínico, eliminar desperdício e proteger a segurança dos doentes».

Ana Sampaio, da Plataforma Saúde em Diálogo, argumentou que inovação é tudo o que permite fazer diferença na qualidade de vida das pessoas. «Tudo o que faz com que o doente consiga trabalhar, estar com a sua família, levar os filhos à escola, estar num jantar com os amigos, tudo isso pode fazer parte da inovação. Seja uma aplicação no telemóvel, um medicamento ou dispositivo médico, tudo pode ser inovação, desde que realmente o doente sinta que faz a diferença».

O custo de não investir

A ministra da Saúde destacou a inovação como um investimento em Saúde. «A questão não é tanto saber quanto custa inovar, mas quanto custa não inovar», sublinhou. Ana Paula Martins indicou a inovação como uma «condição essencial» para garantir a sustentabilidade do sistema de Saúde.

A bastonária da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) defendeu que é tempo de mudar a forma como Portugal encara a Saúde, questionando qual o verdadeiro custo de não investir na sua promoção e prevenção. Na intervenção, que teve lugar na sessão de abertura da conferência, Sofia Ramalho deixou várias interrogações.

«Discutimos durante demasiado tempo quanto custa a Saúde, mas ainda não nos perguntámos quanto custa não investir nela. Quanto custa uma doença evitável? Um diagnóstico tardio? Um profissional exausto? Perder talento? Não receber apoio a tempo? Ou a saúde mental que fica por cuidar?», indagou a bastonária da OPP, defendendo que é necessário passar de uma lógica centrada na despesa para uma visão da Saúde como investimento.

Sofia Ramalho defendeu ainda que falar de Saúde é falar do desenvolvimento das pessoas e do futuro do país, e sublinhou a necessidade de valorização dos profissionais, do investimento nas carreiras e do reforço numa cultura de cooperação entre profissões, instituições e setores.

Ana Paula Martins indicou a inovação como uma «condição essencial» para garantir a sustentabilidade do sistema de Saúde